

O simbolismo organizacional pela teoria das práticas nos estudos sobre as práticas da agricultura familiar brasileira**Organizational symbolism by the theory of practices in the studies on the practices of brazilian family farming**

DOI:10.34117/bjdv6n1-305

Recebimento dos originais: 30/11/2019

Aceitação para publicação: 27/01/2020

Thiago Chagas de Almeida

Graduado em Administração Pública pela Universidade Estadual do Norte Fluminense

Darcy Ribeiro - UENF

Mestrando em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, Brasil, CEP: 29075-910

E-mail: thiagoc-almeida@hotmail.com

RESUMO

O simbolismo organizacional são transformações de sentido em representações compreensíveis à organização (WOOD JUNIOR, 2001). Desse modo, associando as práticas da agricultura familiar ao conceito de *organizing*, o presente artigo objetivou analisar como os simbolismos organizacionais se manifestam nos estudos sobre as práticas da agricultura familiar brasileira e as contribuições que a teoria das práticas pode dar a esses estudos. Para tanto, esse trabalho utilizou uma metodologia qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica. Após a discussão, observou-se que poucos estudos associam o simbolismo organizacional às práticas agrícolas familiares e percebeu-se uma ausência de trabalhos que fazem essa associação pela lente da prática. Como contribuições, a teoria das práticas poderia levar a um maior entendimento de como essas ações se constituem e se estabelecem em um processo contínuo e situado.

Palavras-Chave: Simbolismo organizacional, teoria das práticas, agricultura familiar.

ABSTRACT

Organizational symbolism are transformations of meaning into understandable representations of the organization (WOOD JUNIOR, 2001). Thus, by associating family farming practices with the concept of organizing, this article aimed to analyze how organizational symbolisms manifest themselves in studies on Brazilian family farming practices and the contributions that the theory of practices can make to these studies. Therefore, this work used a qualitative

methodology, based on bibliographic research. After the discussion, it was observed that few studies associate organizational symbolism with family farming practices and there was an absence of works that make this association through the lens of practice. As contributions, the theory of practices could lead to a greater understanding of how these actions constitute and establish themselves in a continuous and situated process.

Keywords: Organizational symbolism, theory of practices, family farming.

1 INTRODUÇÃO

O simbolismo organizacional é um campo de estudo bastante diverso no que tange suas perspectivas teóricas. De acordo com Reckwitz (2002), diversas teorias sociais analisam os simbolismos nas organizações, como o mentalismo culturalista, o textualismo, o intersubjetivismo e a das práticas. Morgan, Frost e Pandy (1983) também analisam a diversidade de abordagens teóricas articulando o simbolismo a quatro paradigmas dos estudos organizacionais, são eles: humanismo radical, estruturalismo radical, sociologia interpretativa e sociologia funcionalista. Já Hassard e Cox (2013), fazem outra distribuição paradigmática nos estudos organizacionais. A partir de uma subdivisão entre crítico e normativo, os autores apresentam paradigmas voltados ao estruturalismo, anti-estruturalismo, e pós-estruturalismo. Portanto, observa-se que é possível analisar o simbolismo organizacional por diferentes “lentes” teóricas. No entanto, este trabalho deu ênfase à teoria da prática, ao considerar que essa teoria se articula melhor ao conceito de *organizing* (organizar), visto seu caráter dinâmico de enxergar a organização.

Diferente do conceito de organização que exprime um sentido estático ou de estruturas fixas, o conceito de *organizing*, discutido por Duarte e Alcadipani (2016), representa uma organização que se estabelece e se transforma continuamente. O foco então deixa de ser a “organização dos processos” e passa a ser o “processo de organizar” (HATCH, 2011). Segundo Hatch (2011), a perspectiva do *organizing* permite um maior entendimento de como a cultura, estrutura e práticas são produzidas nas organizações. Portanto, a escolha de se aprofundar nessa perspectiva de organização, se deu pela sua capacidade de gerar um entendimento maior de como as práticas (objeto empírico) organizacionais são produzidas.

Nesse sentido, identificando as práticas da agricultura familiar como um processo de organização contínuo, em que seus significados se estabelecem e se moldam a partir das relações entre seus indivíduos e objetos, associou-se a agricultura familiar à concepção de *organizing*. Dito isso, desenvolveu-se os seguintes questionamentos: Como os simbolismos

organizacionais se manifestam nos estudos sobre as práticas da agricultura familiar brasileira? Quais contribuições a teoria das práticas pode dar a esses estudos? O objetivo desse trabalho é, portanto, analisar as manifestações dos simbolismos organizacionais nos estudos sobre as práticas da agricultura familiar brasileira e as contribuições que a teoria das práticas pode oferecer a esses estudos.

Ressalta-se que as contribuições da teoria das práticas serão colocadas pela identificação do seu eixo teórico, visto que seu conceito e desdobramentos variam de acordo com entendimento de cada autor. Logo, observou-se que o foco nas relações e o dinamismo na constituição dos elementos simbólicos viriam como contribuição da teoria das práticas para compreender como as práticas dos agricultores familiares se estabelecem. O interesse por esse objeto de estudo se deu pela relevância econômica e social da agricultura familiar, tanto a nível nacional, como global e por observar uma lacuna teórica em estudos que tratam das práticas dos agricultores familiares pela teoria da prática. A metodologia utilizada baseou-se em uma abordagem qualitativa, pautada na pesquisa bibliográfica.

Em relação à estrutura, esse artigo se subdividiu nas seguintes seções: Metodologia, trazendo os materiais e métodos utilizados para o atingimento do objetivo proposto, informando como os estudos foram coletados e analisados; Simbolismo organizacional, com discussões acerca de como o simbolismo se apresenta nas organizações e sua relação com as práticas agrícolas familiares; Desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, que abordou o processo constitutivo da agricultura familiar no contexto brasileiro; Construções simbólicas organizacionais nos estudos sobre as práticas da agricultura familiar, que observou como os estudos de agricultura familiar abordam o simbolismo organizacional e quais contribuições a teoria das práticas poderia trazer a esse campo de estudo; e Considerações finais, com as principais observações feitas após essa pesquisa teórica.

2 METODOLOGIA

O presente ensaio teórico utilizou uma metodologia qualitativa. Assim sendo, para analisar a manifestação dos simbolismos organizacionais nos estudos sobre as práticas da agricultura familiar e as contribuições que a teoria das práticas pode dar a esses estudos, fez-se uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliografia é “[...] o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.” (VERGARA, 2009, p.43). Destarte, foram

mapeados artigos, capítulos de livros e demais trabalhos acadêmicos relacionados ao objeto de estudo, nos portais de periódicos: Scielo; Spell; Scopus; e Periódicos CAPES.

Nessas plataformas de periódicos foram pesquisados os seguintes termos, por meio de uma busca em títulos, resumos e palavras-chave: “identidade agricultura”; “cultura agricultura”; “simbolismo agricultura”; e “significado agricultura”. Após essa pesquisa, foram lidos os resumos dos trabalhos identificando os que tratam do simbolismo organizacional nas práticas da agricultura familiar brasileira. Ressalta-se que a correlação temática de simbolismo organizacional e práticas da agricultura familiar brasileira foi investigada para além das semelhanças terminológicas utilizadas pelos autores desses estudos. Ou seja, os textos foram associados ao simbolismo organizacional e às práticas da agricultura familiar ainda que esses termos não fossem colocados pelos autores. Associou-se aos conteúdos que remetem a esses conceitos, que serão discutidos ao longo desse trabalho. Com isso, identificou-se ao todo 5 artigos que analisam a manifestação do simbolismo organizacional nas práticas da agricultura familiar brasileira.

3 SIMBOLISMO ORGANIZACIONAL

Ao discutir simbolismo organizacional nessa pesquisa, é necessário entender o que esse termo representa e qual é a sua relação com as práticas dos agricultores familiares. De acordo com Wood Junior (2001), os simbolismos organizacionais são transformações de sentidos inconscientes e demais significados em representações compreensíveis à organização. Esse movimento de simbolização constitui um processo irreversível, indo além das fronteiras das organizações, influenciando também o repertório simbólico da sociedade (WOOD JUNIOR, 2000). Para o autor, após a virada do século, as organizações se transformaram em “reinos mágicos”, em que seus simbolismos se manifestam pelo uso de metáforas e manipulação de significados.

Já a relação do simbolismo organizacional com as práticas dos agricultores familiares se estabelece pela associação dessas práticas ao conceito de *organizing*. O sentido de *organizing* nas práticas da agricultura é colocado a partir do momento que se entende que essas práticas ocorrem em processos de organização continuamente constitutivos. Logo, entende-se que o *organizing* seria um processo no qual as práticas se organizam. Utiliza-se aqui, o conceito de práticas como atividades agrupadas que executam um tipo de componente de ordem social (SCHATZKI, 2002). Portanto, observa-se que há uma relação entre os

simbolismos organizacionais e as práticas da agricultura familiar. Cabe nesta seção apresentar as diferentes perspectivas de simbolismos nas organizações, ressaltando a teoria das práticas.

Alguns autores, como Gherardi (2009a), Orlikowski (2000) e Schatzki (2001), analisam as manifestações simbólico-sociais através da teoria das práticas. Feldman e Orlikowski (2011) acreditam que um princípio geral da teoria da prática é que as ações humanas são consequentes na prática, ou seja, ocorrem na produção dos contornos estruturais da vida social. Para Corradi, Gherardi e Verzelloni (2010), a principal contribuição da prática para as organizações seria a constituição do seu sentido epistemológico. As autoras ressaltam a importância da prática como uma maneira de “ver” o contexto, portanto, sendo uma lente para enxergar os fenômenos. Gherardi (2009b) complementa o conceito de prática atribuindo que esse não deve ser entendido apenas como padrões criados recorrentes de ação, analisando com isso a prática somente pela lógica da produção. Segundo a autora, o conceito também deve abarcar a noção de ações socialmente sustentadas, trazendo não só efeito produtivo da prática, mas também seu efeito reprodutivo. Além das interpretações dos simbolismos organizacionais pela lente da prática, alguns autores vão articulá-los à cultura.

Reckwitz (2002) relaciona o simbolismo aos estudos de cultura organizacional. O autor observa diferentes visões teóricas de cultura - incluindo a própria teoria das práticas - e mostra que essas teorias tem em comum a associação do social ao simbolismo, apesar dessa associação ser feita distintamente. Weber e Dacin (2011) analisaram os estudos de cultura organizacional de diversos autores, desde a década de 1980. Os autores, traçando uma perspectiva dos estudos futuros, identificaram que esses seriam pautados principalmente no desenvolvimento da cultura organizacional face às relações e interações sociais. Fine e Hallet (2014), apesar de não se enquadrarem no escopo dos estudos futuros traçados por Weber e Dacin (2011), também trazem as interações sociais como um dos principais elementos influenciadores de uma cultura organizacional. Tais interações ocorreriam continuamente, moldando as culturas de grupo das organizações e com isso, por meio de negociações culturais, seriam levadas às culturas comuns da organização (FINE; HALLET, 2014). Nesse ponto, pensando na agricultura familiar como *organizing*, é necessário entender como essas interações sociais refletem sua cultura.

Acerca da análise de cultura organizacional e seus desdobramentos, Wasserman e Frenkel (2011) acreditam que a estética organizacional, no sentido da constituição de um espaço organizacional, pode ser utilizada como forma de controle ou regulação cultural por parte daqueles que detêm o poder decisório da organização. Nesse sentido, por meio de um

olhar crítico para cultura organizacional, torna-se cada vez mais necessário se preocupar em como os espaços organizacionais são concebidos, percebidos e vividos. Segundo Fantinel, Cavedon e Fischer (2012), em um espaço organizacional, através da sociabilidade apresentada por Simmel (2006), é possível identificar diversas significações simbólicas. Essas significações podem inclusive ocorrer ao mesmo tempo, como por exemplo, a identificação de significados de consumo, lazer e cultura permeando um ambiente organizacional. Para Simmel (2006), a sociabilidade seria uma forma de “sociação”, a maneira com que os indivíduos constituem uma unidade para satisfação de seus interesses, de modo que o conteúdo dessa unidade seja um compilar de experiências com elementos indissociáveis.

A construção de sentidos em uma organização, também pode ser analisada à luz da teoria do *sensemaking*. O *sensemaking* envolve transformar as circunstâncias em uma situação que é explicitamente compreendida em palavras e que serve como um trampolim para ação (WEICK; SUTCLIFFE; OBSTFELD, 2005). Nota-se até aqui, que os elementos envolvidos ao simbolismo organizacional podem ser percebidos por diversas perspectivas teóricas, seja pela ótica das práticas, cultura, *sensemaking*, etc. Portanto, para efeitos de investigação desse trabalho, foram analisados os estudos acadêmicos que articulam elementos simbólicos às práticas da agricultura familiar, identificando a manifestação dessas práticas no *organizing* e por isso remontando o conceito de simbolismo organizacional. Mas antes de analisar como esses simbolismos se manifestam nos estudos das práticas dos agricultores familiares, discorreu-se sobre o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, para que se tenha uma visão geral do objeto pesquisado.

4 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura familiar já na sua concepção traça significados singulares em suas práticas. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2016), na agricultura familiar o trabalhador estabelece uma relação particular com a terra, sendo essa mais que um mero local de trabalho, sendo também local de moradia da família. Outra característica da agricultura familiar, é que sua produção é feita em pequenos espaços e com um cultivo multicultural de alimentos, comparado ao agronegócio (MAPA, 2016). Logo, pode-se dizer que a agricultura familiar é uma prática cultural em que se predomina a mão de obra da família para a produção agropecuária.

Segundo Assis, Priore e Franceschini (2015), o termo agricultura familiar no Brasil começou a ser discutido na década de 1990. Esse período foi marcado por forte pressão de

movimentos sindicais agrários e agrícolas, que reivindicavam soluções para queda do valor dos principais produtos agrícolas exportados à época, pouca abertura comercial e falta de crédito (ASSIS; PRIORE; FRANCESCHINI, 2015). Ainda segundo as autoras, dentre os movimentos sindicais, destacava-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). De acordo com Picolotto (2014), além do sindicalismo, os trabalhos acadêmicos, por repensar o lugar teórico da agricultura familiar e o Estado, por desenvolver políticas e normativas legais para a categoria, também foram responsáveis pelo processo de construção da agricultura familiar no Brasil. A agricultura familiar por muito tempo foi tida como uma mera atividade de subsistência. Entretanto, no decorrer dos anos, foi se mostrando cada vez mais importante, passando a ser a principal fornecedora de produtos básicos para alimentação humana no país, além de movimentar o mercado agropecuário interno (ASSIS et al., 2015).

Segundo o MAPA (2018), a agricultura familiar produz nacionalmente 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de leite, 59% dos suínos, 50% das aves e 30% do rebanho bovino (MAPA, 2018). Apesar desses dados já serem úteis para mostrar a importância da agricultura familiar nacional, sua importância vai muito além deles. Se considerasse apenas a agricultura familiar, o país teria o 8º maior faturamento com produção de alimentos do mundo, conforme a tabela 1.

Faturamento anual com produção de alimentos		
Ranking	Países	Faturamento (US\$)
1º	China	958,2 bi
2º	Índia	353,6 bi
3º	Indonésia	125,4 bi
4º	Nigéria	84,9 bi
5º	Brasil	84,6 bi
6º	Paquistão	64,7 bi
7º	Japão	56,9 bi
8º	Agricultura familiar do Brasil	55,2 bi
9º	Rússia	54,8 bi
10º	Turquia	53,4 bi

Tabela 1: Faturamento anual com produção de alimento, 2018, MAPA.

Através da tabela 1 também é possível perceber que o setor representa 65,2% do faturamento do Brasil, sendo assim, o maior responsável pelo faturamento com alimentos do

país. Esses dados mostram a relevância econômica do setor, tanto a nível nacional, como global. No entanto, ao fazer essa análise de dados, questiona-se o que foi considerado produção agrícola familiar, ou seja, quais critérios de identificação foram utilizados para classificar o agricultor como “familiar”. Para essa e outras aplicações, em 24 de julho de 2006 foi criada a Lei 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Os critérios para o reconhecimento de um agricultor familiar são elencados no seguinte artigo:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Lei 11.326, 2006, p. 1).

Para efeitos legais, também são beneficiários das políticas que a Lei se refere, as comunidades rurais de: silvicultores, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, aquicultores e extrativistas. Buscando criar um instrumento que operacionalizasse essa Lei, foi instituída a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). De acordo com o MAPA (2019), a DAP é utilizada para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA), assim como suas formas de organização em pessoa jurídica. Contudo, por meio da categorização em Lei, as UFPA registram apenas a DAP principal para contabilização dos estabelecimentos rurais, o que significa que um único membro de cada estabelecimento o representa para efeitos de cálculo (MAPA, 2019).

Condizente a esses critérios, o último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) identificou 4,3 milhões de estabelecimentos agrícolas familiares. Esse número corresponde a 84,4% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, ocupando uma área de 80 milhões de hectares (IBGE, 2006). Portanto, observa-se que a

agricultura familiar brasileira, em praticamente três décadas, progrediu significativamente em relação a sua relevância e identidade (no sentido de uma maior categorização).

5 CONSTRUÇÕES SIMBÓLICO-ORGANIZACIONAIS NOS ESTUDOS SOBRE AS PRÁTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Essa seção apresentará, previamente, os estudos brasileiros identificados que articulam elementos simbólicos à agricultura familiar. Posteriormente, será apresentado como as práticas dos agricultores familiares poderiam ser analisadas pela própria teoria das práticas, trazendo contribuições de autores que analisam as práticas de uma maneira geral, não pela agricultura familiar. Tais perspectivas da teoria das práticas, ainda que não utilizando a agricultura familiar como objeto empírico, foram consideradas por trazer contribuições amplas da prática como campo de estudo. No entanto, ressalta-se a necessidade de estudos futuros que observem e aprofundem nas singularidades da agricultura familiar.

Picolotto (2014) percebeu elementos simbólicos nas práticas que vieram a esculpir a própria concepção atual de agricultura familiar brasileira. Nesse processo, como mencionado na seção anterior, o autor observou que os principais atores foram os movimentos sindicais, os trabalhos acadêmicos e o Estado. O trecho a seguir mostra os benefícios que essa transformação trouxe à categoria, proporcionando à agricultura familiar um significado mais positivo:

Por meio de uma luta simbólica movida pelo sindicalismo, por setores acadêmicos e do Estado, a agricultura familiar passou a ser associada com adjetivos considerados positivos, tais como: moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos. Tais reversões de valores estão intimamente vinculadas ao processo de construção da agricultura familiar enquanto modelo de agricultura do tempo presente e do agricultor familiar como personagem político (PICOLOTTO, 2014, p. 64).

Já Dalmoro, Medeiros, Pauli e Amarante (2017), investigaram o simbolismo na agricultura familiar pelas subjetividades dos indivíduos. Tais subjetividades foram desmembradas em quatro lógicas complementares, a identitária, a cultural, a social e a de produção. Dalmoro et al. (2017) ao fazer essa investigação, concluíram que essas lógicas seriam influenciadas e influenciariam as condições de vida dos agricultores. Entretanto, os autores observam que essas condições são distintas das do agronegócio, hegemônica no que tange às características das políticas públicas agrícolas. Dito isso, notou-se que há a

necessidade de desenvolver ações, via políticas públicas, que observem e considerem as distinções simbólicas entre a agricultura familiar e o agronegócio (DALMORO et al., 2017).

Com uma conclusão próxima, Castro (2016) analisou que os valores da agricultura familiar, de acordo com suas formas de agir, extrapolam os que são assumidos como desenvolvimento agrícola pelas políticas públicas, em que se pauta a lógica capital-terra. Para o autor, a agricultura familiar tem uma cultura própria, decorrendo de uma unidade entre o operacional e cultural, em que suas práticas de trabalho são ao mesmo tempo estruturas de reprodução sociocultural, de produção e de consumo. Portanto, pela herança e compreensão de vida, regras de parentesco, dentre outros vínculos de significados, a agricultura familiar se remete a uma lógica muito mais de família-produção-trabalho (CASTRO, 2016). Percebeu-se, após essas considerações, que as políticas públicas devem corresponder aos elementos simbólicos das práticas da agricultura familiar, para que não se estabeleça um processo de distorção dos seus significados culturais.

Em uma outra associação à prática, Costa, Bastos, Lima e Silva Filho (2014) analisaram o simbolismo na agricultura familiar pela sua criação de sentido ao trabalho. Desse modo, os autores abordaram o entendimento de prazer e sofrimento no trabalho e perceberam que determinados tipos de inovações sociais, que aumentam o sentimento de pertença do produtor rural, contribuem para gerar qualidade de vida social e conseqüentemente prazer no trabalho.

Por fim, analisou-se o estudo de Da Silva e Silva Júnior (2010), que observaram o simbolismo na agricultura familiar pela teoria das representações sociais. Essa teoria, de modo geral, analisa o simbolismo pelo que cada ação pode representar. No caso, os autores identificaram, a partir de entrevistas com questões relacionadas às ações sustentáveis, que os agricultores familiares desenvolviam práticas predominantemente convencionais e algumas sustentáveis. Esse diagnóstico se deu - dentre outras percepções identificadas pelas representações que as respostas trouxeram - pelos agricultores (de uma determinada localidade) majoritariamente justificarem que um rio estava sendo poluído por problemas externos, ignorando ou deixando em segundo plano o descaso ambiental que ocorria localmente. Em síntese, a pesquisa indicou que a concepção teórica de prática sustentável não era condizente com as representações reproduzidas pelos agricultores. Cabe agora observar como as práticas dos agricultores familiares poderiam ser analisadas pela própria teoria das práticas.

Diversos trabalhos como Whittington (1996), Seidl e Whittington (2014), Jarzabkowski e Lê (2016), analisam as práticas nos estudos organizacionais como objeto empírico. Convergente a isso, Brown e Duguid (1991) ao observar a relação entre trabalho, aprendizagem e inovação, vão trazer que a prática social é inseparável desses elementos, sendo esse processo de interação responsável por constituir uma organização continuamente. Outros autores, no entanto, enxergam a prática como uma lente. Essa ótica, apesar de também trazer um dinamismo na relação dos atores constituintes das práticas, podendo eles ser indivíduos e objetos de acordo com cada autor, se configura de maneira diferente.

O potencial crítico da lente da prática é o de questionar metodologicamente como uma prática reflexiva cria seu contexto de ser praticada e quais são os seus efeitos (GHERARDI, 2015). Orlikowski (2002), por exemplo, coloca que o processo de conhecimento é inseparável da prática, devendo esse processo ser visto não como algo fixo ou estável, mas emergido por meio das práticas contínuas e situadas. Carlile (2002), também pela lente da prática, traz a ideia de que o conhecimento deve ser envolto em um processo de transformação. Dessa forma, ao representar, aprender, negociar e alterar o conhecimento atual, os indivíduos criam novos conhecimentos para resolver as questões identificadas. Dessarte, tanto como objeto empírico quanto lente, a prática poderá proporcionar uma lógica de dinamismo na constituição dos seus elementos simbólicos.

Além do conhecimento, alguns autores como Oliveira e Cavedon (2013) e Roberts (2006), vão articular as práticas ao cotidiano, com suas concepções próprias do termo. Certeau (1998) ao também fazer essa articulação, vai indicar que as relações sociais determinam o indivíduo e a partir daí se faz necessário compreender suas práticas sociais. Acerca das relações sociais, Heller (2016) vai mostrar que o homem, enquanto “dado” relativo, pode constituir tanto uma relação com sua própria particularidade vivida, quanto com sua própria comunidade. Nota-se então, que há diversas formas de tratar do simbolismo organizacional pelas práticas, além dos diferentes usos da prática como lente teórica.

Foi possível perceber, durante a análise dos estudos, que cada um buscou contribuir para compreensão das práticas da agricultura familiar e que o simbolismo organizacional se manifestou de diferentes formas. No entanto, ao fazer a seleção dos trabalhos, notou-se que poucos estudos associam de fato o simbolismo às práticas dos agricultores familiares, ainda que indiretamente. Também se destaca a ausência de trabalhos que investigam esse fenômeno pela lente da prática. Como já ressaltado no texto, essa lente traria uma perspectiva de análise bem particular, diversa dos estudos que tratam do simbolismo organizacional na agricultura

familiar. A teoria das práticas contribui principalmente para entender como as práticas dos agricultores familiares são constituídas mutuamente e se estabelecem através da produção e reprodução de significados, em processos situacionais contínuos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos identificados, que relacionam o simbolismo às práticas da agricultura familiar, trouxeram contribuições importantes para o campo de pesquisa, cada qual com suas considerações. Vale destacar as diferentes abordagens teóricas desses trabalhos, e que mesmo o conceito de simbolismo organizacional não sendo adotado neles, foi apontado com tal, por eles exibirem as mesmas características teóricas abordadas na definição tratada aqui. Essa ponderação serve inclusive para o conceito geral de simbolismo e práticas, que não foram mencionados explicitamente em todos os textos.

Dentre os estudos pesquisados, observou-se que nenhum deles utilizou a prática como lente. No entanto, esse trabalho explorou os pontos de interseção entre a teoria das práticas e as práticas agrícolas familiares, que mesmo não sendo utilizadas para esse fim, suas considerações se mostraram universais e aplicáveis ao objeto de estudo. A escolha por enfatizar essa abordagem se deu pela sua articulação à perspectiva do *organizing* (visto seu caráter dinâmico de enxergar a organização), que de acordo com Hatch (2011), é a mais adequada quando se quer analisar como uma prática (como objeto empírico) é produzida.

Pondera-se, que a abordagem das práticas tem suas distinções internas, de acordo com a compreensão de cada autor, que cabem ser aprofundadas. Entretanto, percebeu-se um eixo teórico que serve como ponto de partida, para um então debate da teoria. Nesse sentido, considera-se que a teoria das práticas poderia ser desenvolvida nesses estudos pela sua capacidade de trazer um entendimento de como as práticas se constituem e se estabelecem, produzindo e reproduzindo significados, emergidos de maneira situada e em processos contínuos. Portanto, como sugestão para estudos futuros, indica-se a utilização da teoria das práticas para explorar as especificidades do campo empírico da agricultura familiar, para a então compreensão de como seus elementos simbólicos organizacionais podem ser constituídos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, S. C. R.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. C. C. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, 2017, p. 617-626.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. 2006. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/default.shtm> Acesso em: 21 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 21 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo. **Portal Eletrônico do Governo Federal**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>> Acesso em: 16 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). **Portal Eletrônico do Governo Federal**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/saf/dap>> Acesso em: 17 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O que é a agricultura familiar. **Portal Eletrônico do Governo Federal**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>> Acesso em: 20 set. 2019.

BROWN, J. S.; DUGUID, P. Organizational learning and communities-of-practice: toward a unified view of working, learning and innovating. **Organization Science**, v. 2, n. 1, 1991, p. 40-57.

CARLILE, P. R. A pragmatic view of knowledge and boundaries: boundary objects in new product development. **Organization Science**, v. 13, n. 4, 2002, p. 442–455.

CASTRO, L. F. P. Agricultura familiar: perspectivas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Urutágua**, n. 34, 2016, p. 174-189.

CERTEAU, M. de. Artes de Fazer. In: CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano. Artes de Fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 33-106.

CORRADI, G.; GHERARDI, S.; VERZELLONI, L. Through the practice lens: where is the bandwagon of practice-based studies heading? **Management Learning**, v. 41, n. 3, 2010, p. 265–283.

COSTA, J. S. et al. Inovação social, prazer e sofrimento no trabalho: o caso do Projeto Mandalla no Ceará. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 1, 2014, p. 11-18.

DA SILVA, A. J.; SILVA JÚNIOR, M. F. Representações sociais e agricultura familiar: indícios de práticas agrícolas sustentáveis no Vale do Bananal - Salinas, Minas Gerais. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, 2011, p. 525-537.

DALMORO, M. et al. As lógicas dos produtores invisíveis: significados culturais na produção agrícola familiar. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, 2017, p. 92-115.

DUARTE, M. F., ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (*organizing*) para os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 76, 2016, p. 057-072.

FANTINEL, L. D.; CAVEDON, N. R.; FISCHER, T. Produção de Significações do Espaço e Sociabilidade em um Café Artesanal de Salvador. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 1, 2012, p. 51-74.

FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing Practice and Practicing Theory. **Organization Science**, v. 22, n. 5, 2011, p. 1240-1253.

FINE, G. A.; HALLETT, T. Group Cultures and the Everyday Life of Organizations: Interaction Orders and Meso-Analysis. **Organization Studies**, v. 35, n. 12, 2014, p. 1773-1792.

Brazilian Journal of Development

GHERARDI, S. Introduction: the critical power of the “practice lens”. **Management Learning**, v. 40, n. 2, 2009a, p. 115-128.

GHERARDI, S. Practice? It’s a Matter of Taste! **Management Learning**, v. 40, n. 5, 2009b, p. 535-550.

GHERARDI, S. To start practice theorizing a new: The contribution of the concepts of agencement and formativeness. **Organization**, 2015, p. 1-19.

HASSARD, J.; COX, J. W. Can Sociological Paradigms Still Inform Organizational Analysis? A Paradigm Model for Post-Paradigm Times. **Organization Studies**, v.34, 2013, p. 1701-1728.

HATCH, M. J. What is organization? In: HATCH, M. J. **Organizations: A very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 1-11.

HELLER, A. A estrutura da vida cotidiana. In: HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

JARZABKOWSKI, P. A.; LÊ, J. K. We have to do this and that? You must be joking: Constructing and responding to paradox through humor. **Organization Studies**, 2016.

MORGAN, G., FROST, P.; PONDY, L. Organizational symbolism. In: PONDY, L. et al. (eds.). **Organizational symbolism**. Connecticut: Jay Press, 1983, p. 3-35.

OLIVEIRA, J.S.; CAVEDON, N.R. Micropolíticas das Práticas Cotidianas: Etnografando uma Organização Circence. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, 2013, p. 156-168.

ORLIKOWSKI, W. J. Knowing in practice: enacting a collective capability in distributed organizing. **Organization Science**, v. 13, n. 3, 2002, p. 249–273.

ORLIKOWSKI, W. J. Using Technology and Constituting Structures: A Practice Lens for Studying Technology in Organizations. **Organization Science**, v. 11, n. 4, 2000, p. 404–428.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, 2014, p. 63-84.

Brazilian Journal of Development

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, 2002, p. 243–263.

ROBERTS, J. Prologue: Dangerous Memories. In: ROBERTS, J. **Philosophizing the everyday revolutionary praxis and the fate of cultural theory**. London: Pluto Press, 2006, p. 1-15.

SCHATZKI, T. R. Introduction: Practice Theory. In: SCHATZKI, T. R.; KNORR-CETINA, K.; VON SAVIGNY, E. (eds) **The Practice Turn in Contemporary Theory**. London and New York: Routledge, 2001, p. 10-23.

SCHATZKI, T. R. What Is a Social Practice? In: SCHATZKI, T. R. **The site of the social: a philosophical account of the constitution of social life and change**. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 2002, p. 70-88.

SEIDL, D.; WHITTINGTON, R. Enlarging the Strategy-as-Practice Research Agenda: Towards Taller and Flatter Ontologies. **Organization Studies**, v. 35, n. 10, 2014, p. 1407-1421.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 11-25.

VERGARA, S. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WASSERMAN, V.; FRENKEL, M., Organizational Aesthetics: Caught Between Identity Regulation and Culture Jamming. **Organization Science**, v. 22, n. 2, 2011, p. 503-521.

WEBER, K.; DACIN, M. T. The Cultural Construction of Organizational Life: Introduction to the Special Issue. **Organization Science**, v. 22, n. 2, 2011, p. 287-298.

WEICK, K. E.; SUTCLIFFE, K. M.; OBSTFELD, D. Organizing and the process of sensemaking. **Organization Science**, v. 16, n. 4, 2005, p. 409-421.

WHITTINGTON, R. ‘Strategy as Practice’. **Long Range Planning**, v. 29, n. 5, 1996, p. 731–735.

Brazilian Journal of Development

WOOD JUNIOR, T. **Organizações Espetaculares**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

WOOD JUNIOR. T. Organizações de simbolismo intensivo. **Revista de Administração de Empresas**, v.40, n.1, 2000, p.20-28.